

ANÁLISE DOS GASTOS COM SAÚDE PÚBLICA NOS ESTADOS DO SUL DO BRASIL¹

Alessandra de Oliveira², Valkyrie Vieira Fabre³

¹ Vinculado ao projeto “Comportamento de custos públicos”

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – CEAVI – Bolsista PIVIC/UDESC.

³ Orientadora, Departamento de Ciências Contábeis – CEAVI – valkyrie.fabre@udesc.br

Este artigo tem como objetivo elucidar os gastos com saúde na região Sul do Brasil, antes e durante a pandemia de COVID-19. De acordo com as normas de contabilidade do setor público brasileiro, os gastos são classificados por função e subfunção. Esta pesquisa se limita ao aspecto orçamentário (previsão e execução) de políticas públicas de saúde. Apresenta como principais resultados a comparação dos gastos orçados/realizados pelos Estados e dos períodos que antecedem e se encontra instalada a pandemia. Analisa as subfunções da saúde que absorveram maiores recursos e quanto do que foi orçado (aprovado) efetivamente foi realizado (executado) pelos Estados. Os dados foram analisados de acordo com cada subfunção presente dentro da função Saúde disposto na Portaria 42/1999 do MOG (Brasil, 2022), sendo elas: Atenção Básica (301), Assistência Hospitalar e Ambulatorial (302), Suporte Profilático e Terapêutico (303), Vigilância Sanitária (304), Vigilância Epidemiológica (305) e Alimentação e Nutrição (306), além de outras subfunções que podem ser orçadas e executadas dentro da função da saúde, mas que na classificação normativa estão agrupadas em outras funções. Os dados foram levantados entre novembro de 2022 e janeiro de 2023, no site do Sistema de Informações Contábeis, Financeira e Fiscais (SICONFI, 2023), na seção de Consulta de Declarações, relativo às informações enviadas pelos três Estados no período analisado. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel para a realização das análises comparativas dos valores apresentados. A análise dos dados é descritiva e utiliza gráficos para melhor apresentação dos resultados. Foi realizada inicialmente a comparação dos gastos totais com saúde entre os Estados, seguida da descrição dos gastos por subfunção (por Estado e por período antes e durante a pandemia), posteriormente foi realizada a comparação dos valores totais de gastos com saúde orçado e executado, seguido da comparação por Estado. Os resultados demonstraram que o estado do Rio Grande do Sul teve os maiores gastos com saúde nos quatro anos analisados, mas ao mesmo tempo foi o estado com maior precisão entre valores orçados e realizados. Na sequência de total de gastos fica Paraná em segundo lugar e Santa Catarina em terceiro, sendo que apesar de ter o menor valor total de gastos foi o estado que apresentou maior variação entre valores orçados e realizados. Diversos fatores podem ter resultado as variações identificadas, tais como a questão dos respiradores que foram orçados e não entregues em Santa Catarina, ou outras situações que muitas vezes foram orçadas em determinado ano e acabaram ficando para o outro ano devido à falta de matéria-prima para entrega. Contudo, o objetivo desta pesquisa conteve-se a descrição dos dados, sem o enfoque em investigar as causas específicas dos valores obtidos. Esta pesquisa contribui com a literatura sobre gastos com saúde pública e fornece resultados confiáveis para que futuras pesquisas possam evoluir nas comparações ao incluir o período pós-pandemia.

Tabela 1. *Percentuais orçado x realizado na região sul*

Região Sul	Orçado	Realizado	Diferença	Média de variação
2018	R\$16.749.598.840,05	R\$16.046.850.450,06	R\$702.748.389,99	4,20%
2019	R\$17.441.775.908,61	R\$16.205.648.554,06	R\$1.236.127.354,55	7,09%
2020	R\$20.899.931.428,97	R\$19.187.540.366,24	R\$1.712.391.062,73	8,19%
2021	R\$22.329.682.522,88	R\$21.138.971.692,49	R\$1.190.710.830,39	5,33%
Total Geral	R\$77.420.988.700,51	R\$72.579.011.062,85	R\$4.841.977.637,66	6,25%

Palavras-chave: Gasto público, Saúde pública, COVID-19.